

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de maio de 2020 às 07h54
Seleção de Notícias

Folha de S.Paulo | BR

Patentes

Empresa abre mão de patente de remédio, mas exclui Brasil 3
SAÚDE

O Globo Online | BR

14 de maio de 2020 | Direitos Autorais

Arrecadação de direitos autorais da música bate recorde no Reino Unido, mas uma tempestade ainda vem aí 5
CULTURA | O GLOBO

Jota Info | DF

14 de maio de 2020 | Marco regulatório | INPI

Anvisa aprova pesquisa clínica com sarilumabe para tratamento da Covid-19 7

Metrópolis Online | DF

14 de maio de 2020 | Pirataria

Documentário traz bastidores do contrabando ilegal de cigarros no Brasil 8

Empresa abre mão de patente de remédio, mas exclui Brasil

SAÚDE

Remdesivir apresentou resultados moderadamente positivos contra Covid-19

Fábio Zanini

são paulo Fabricante do antiviral remdesivir, que apresentou resultados moderadamente positivos no tratamento contra a Covid-19, o laboratório americano Gilead abriu mão da patente sobre o medicamento para facilitar seu acesso em 127 países. O Brasil, porém, foi excluído da lista de beneficiados.

Em comunicado divulgado na terça-feira (12), a empresa disse que assinou acordos de licenciamento voluntário com cinco companhias farmacêuticas especializadas na produção de genéricos, todas com sede na Índia ou no Paquistão.

"Pelo acordo de licenciamento, as empresas têm direito de receber **transferência** de tecnologia do processo de manufatura do remdesivir para que a produção possa escalar mais rapidamente", afirmou a Gilead no comunicado.

O efeito prático esperado da decisão de abrir mão da patente é acesso mais fácil e barato ao medicamento nos locais contemplados.

As empresas que assinaram o acordo com o laboratório são Cipla, Ferozsons, Hetero, Jubilant e Mylan. Elas poderão fixar o preço do produto genérico para venda nos países em que atuarem, a maioria nações pobres de América Latina, Ásia e África.

A lista também inclui alguns países de renda média, potências regionais e nações com economias emergentes, como África do Sul, Egito, Nigéria, Índia, Indonésia, Paquistão, Tailândia e Ucrânia.

Os países considerados ricos ficaram de fora. Na

América do Sul, apenas Guiana e Suriname foram incluídos.

O laboratório afirmou à Folha que a decisão sobre os países contemplados pelo licenciamento voluntário foi baseada na lista do Banco Mundial que define países de baixa e média renda, "com a inclusão de algumas exceções".

Não houve explicação específica da razão pela qual o Brasil ficou de fora.

O acordo vale enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) mantiver a classificação da crise do coronavírus como pandemia, ou até que surja uma vacina ou remédio mais eficaz para a doença. Concebido inicialmente para tratamento de ebola, o remdesivir apresentou alguns resultados positivos para o tratamento da Covid-19, reduzindo os prazos de internação de doentes em quatro dias.

Em 1º de maio, a FDA, agência norte-americana que regula medicamentos, autorizou o uso emergencial da droga para tentar amenizar os efeitos da pandemia no país, líder de casos e mortes pelo vírus.

No Brasil, o uso do remdesivir ainda não é permitido. Segundo a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), houve uma primeira reunião com a Gilead no último dia 6 de maio para discutir a comercialização do antiviral no mercado brasileiro.

"A Gilead tem vários ensaios clínicos em andamento para o remdesivir, com dados iniciais esperados nas próximas semanas. Caso o benefício do medicamento se comprove, a Anvisa possui mecanismos para garantir o acesso célere do medicamento à população", afirmou a agência em nota à reportagem.

Continuação: Empresa abre mão de patente de remédio, mas exclui Brasil

O laboratório informou que "o plano global de submissão para remdesivir, incluindo o Brasil, está em fase de discussão interna". Não há prazo para uma definição.

Para Pedro Vilardi, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual, a Gilead levou em conta apenas interesses mercadológicos, ou seja, o lucro que poderá ter vendendo diretamente o produto no Brasil.

Segundo ele, a empresa poderia ter sido considerado o fato de que o Brasil, mesmo sendo um país de renda média, tornou-se um dos epicentros mundiais da pandemia nas últimas semanas.

"A boa vontade do laboratório não funciona para garantir acesso equitativo para as populações. O que a gente esperava é que, no maior desafio de saúde do século, o laboratório tivesse um comportamento diferente", afirmou ele.

Segundo Vilardi, o fato de a empresa ter decidido manter a exclusividade na comercialização do medicamento no Brasil, quando autorizado pela Anvisa, significa risco grande de escassez do produto.

"A Gilead dificilmente será capaz de produzir sozinha o remdesivir para o Brasil, porque Europa e EUA ainda estão enfrentando a doença e demandarão o medicamento em grande quantidade", afirma.

Embora os resultados apresentados pela droga sejam modestos, qualquer redução de tempo de tratamento numa situação de sistemas de saúde à beira do co-

lapso faz diferença, diz ele.

Com apoio do Grupo de Trabalho sobre **Propriedade** Intelectual, coletivo de organizações da sociedade civil, um projeto de lei foi apresentado na Câmara por 11 deputados federais de 8 partidos diferentes para **quebrar** patentes de medicamentos e insumos necessários ao combate à pandemia. O projeto ainda não entrou em pauta, no entanto.

A Gilead ainda não definiu o preço do remédio. Um tratamento em geral dura entre cinco e dez dias.

Procurado, o Ministério da Saúde afirmou que se reuniu com o laboratório em 8 de maio, mas não foi comunicado da exclusão do Brasil da decisão de abrir mão da patente sobre o remdesivir.

A pasta diz que "tem acompanhado diariamente todas as publicações científicas e evidências sobre tratamentos para pacientes com Covid-19, inclusive no que refere aos processos para possível disponibilização dessas tecnologias no SUS".

A boa vontade do laboratório não funciona para garantir acesso equitativo para as populações. O que a gente esperava é que, no maior desafio de saúde do século, o laboratório tivesse um comportamento diferente

Pedro Vilardi

coordenador do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual

Arrecadação de direitos autorais da música bate recorde no Reino Unido, mas uma tempestade ainda vem aí

CULTURA

RIO - Os músicos e compositores no Reino Unido receberam uma quantia recorde em royalties no ano passado, mas a perda dos rendimentos com a música ao vivo representa uma grande ameaça à renda em 2020, alerta a BBC em reportagem publicada nesta quinta-feira. O texto cita dados do PRS for Music, órgão que garante que 145 mil compositores e editoras do Reino Unido sejam pagos quando suas músicas forem executadas em todo o mundo.

Segundo a reportagem, a organização arrecadou um recorde de 810 milhões de libras em 2019 um aumento de 8,7% em relação a 2018, mas prevê que o impacto da pandemia de Covid-19 resultará em um "declínio inevitável" em 2020 e 2021. À BBC, a executiva-chefe da PRS for Music Andrea Martin disse: "Embora tenhamos tido um ano recorde, sabemos muito bem que estamos em tempos sem precedentes, imprevisíveis."

Andrea avalia que o montante de receitas com música ao vivo e execução pública será afetado não apenas em 2020, mas em 2021, já que os pagamentos internacionais geralmente levam tempo para chegar. "Haverá uma queda", acrescentou ela. "Mas de quanto e em que percentagem... qualquer palpite pode ser tão bom quanto o meu." A crise, acredita a executiva, atingirá com mais força os artistas menos famosos, muitos dos quais já estavam enfrentando dificuldades antes da pandemia.

O PRS processou 18,8 trilhões de ocorrências musicais no ano passado, incluindo streams, downloads, execuções em rádio e TV e músicas tocadas em bares, clubes, cabeleireiros e casas de shows. Os artistas britânicos contribuíram para muitos dos hits mais tocados do ano, incluindo "I don't care" (de Ed Sheeran com o canadense Justin Bieber), "Someone you loved" (de Lewis Capaldi) e "Don't call me

up" (de Mabel) estes dois últimos novos talentos que receberam a distinção do Brit Awards em fevereiro.

A música ao vivo gerou 54 milhões de libras em royalties, um aumento de 15 milhões de libras em relação a 2018. As receitas foram impulsionadas pelas principais turnês de Spice Girls, Elton John, Ed Sheeran e pelo retorno do festival de Glastonbury após um ano de hiato em 2018. Mas com um verão inteiro de festivais cancelados e dezenas de grandes turnês adiadas para 2021, será impossível repetir esse número no ano que vem.

Gigante: Ed Sheeran é o 'artista da década' no Reino Unido

Na semana passada, a UK Music (grupo que representa politicamente os interesses coletivos da indústria musical britânica) revelou que a contribuição da música ao vivo para a economia britânica deve cair em 2020, de cerca de 1,1 bilhão para 200 milhões de libras, o que seria um golpe "catastrófico" para o negócio. Enquanto isso, a Ivors Academy de compositores previu uma perda de 25 mil libras por membro ao longo de um período de seis meses. A política de isolamento também implica que os compositores perderão os royalties coletados quando suas músicas eram tocadas em lojas, cinemas, pubs, clubes e restaurantes. Em 2019, esse valor foi de 168,2 milhões de libras.

Mas a pandemia também teve um efeito positivo: os royalties advindos do streaming de música aumentaram 22,1%, para 155 milhões de libras, enquanto o dinheiro gerado pela música em serviços de vídeo sob demanda, como Amazon e Netflix, aumentou 47,5%, para 17,7 milhões de libras. Esses números iniciais sugerem que mais pessoas fizeram assinaturas de streaming no Reino Unido durante o

Continuação: Arrecadação de direitos autorais da música bate recorde no Reino Unido, mas uma tempestade ainda vem aí

lockdown, o que pode fornecer um pequeno contrapeso às perdas com a proibição da música ao vivo em grandes espaços.

Na régua: Como se mede hoje o sucesso de um artista da música?

No entanto, é sabido que o dinheiro recebido de plataformas como Spotify, Apple Music e Amazon não é suficiente para manter a carreira de um artista. Tom Gray, da banda indie Gomez, compartilhou recentemente um gráfico mostrando quantos streams os artistas precisam para viver no Reino Unido. No YouTube, uma música teria que ser tocada 7.267 vezes para gerar 8,72 libras ou uma hora de salário mínimo. No Spotify, o número era de 3.114 streams e, no Apple Music, 1.615 streams.

Essa situação desigual levou à criação de uma campanha, #BrokenRecord, buscando um sistema mais equitativo de distribuição de dinheiro de streaming. Liderada pela Academia Ivors e pelo Sindicato dos Músicos, ela propõe um novo sistema em que a taxa

de inscrição é revertida para os artistas que você realmente ouve, em vez de entrar em um grande pote, onde o dinheiro é dividido entre os artistas, privilegiando aqueles com maior percentual de streams.

- É isso que o consumidor deseja - diz Graham Davies, da Academia Ivors, que está pedindo uma revisão apoiada pelo governo.

Enquanto isso, o PRS Emergency Relief Fund levantou mais de 2,1 milhões de libras para ajudar membros que perderam renda como resultado do Covid-19. Andrea Martin diz que 1.600 compositores solicitaram assistência apenas na última semana. Outro fundo de 5 milhões de libras, criado pela organização beneficente Help Musicians, ficou sem dinheiro uma semana depois de ser lançado em março. Já a UK Music pediu posteriormente ao governo que criasse uma nova força-tarefa para reavivar a indústria da música enquanto navega na pandemia.

Anvisa aprova pesquisa clínica com sarilumabe para tratamento da Covid-19



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a pesquisa clínica com uso de sarilumabe (Kevzara) para o tratamento da Covid-19 no Brasil. A Sanofi, patrocinadora do estudo, tem um programa global em andamento na Itália, Espanha, Alemanha, França, Canadá, Rússia e Estados Unidos para avaliar o medicamento.

De acordo com informações da farmacêutica francesa, o sarilumabe é um anticorpo monoclonal humano que pode influenciar na resposta inflamatória hiperativa nos pulmões de pacientes gravemente doentes com a Covid-19.

Os ajustes da pesquisa foram discutidos virtualmente, nesta semana, no âmbito do Comitê de Avaliação de Estudos Clínicos, Registro e Pós-registro de medicamentos para prevenção ou tratamento da Covid-19, instituído para dar agilidade à anuência. Conforme antecipado pelo JOTA aos assinantes PRO Saúde, a decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (14/5).

O objetivo de uma pesquisa clínica, segundo a Anvisa, é encontrar parâmetros de segurança e eficácia de medicamentos. Os ensaios são divididos em quatro fases, conforme a quantidade de participantes e objetivos das etapas. O programa global da Sanofi é de fase 2/3, com a medicação de pacientes hos-

pitalizados com quadro grave de pneumonia.

Em anúncio recente, o Ministério da Saúde informou que acompanha estudos com o uso de nove produtos: cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, lopinavir, ritonavir, remdesivir, interleucina-6, tocilizumabe e plasma convalescente.

O sarilumabe passou a ter prioridade no trâmite dos pedidos de patente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) na última terça-feira (12/5), a pedido do Ministério da Saúde.

A Sanofi é titular de quatro pedidos de patente, sendo três em conjunto com a Regeneron, que tem concentrado os estudos clínicos nos Estados Unidos. A Regeneron também tem outros quatro pedidos para a droga em andamento no **INPI**.

Manoela Albuquerque - Brasília

Documentário traz bastidores do contrabando ilegal de cigarros no Brasil



Estreia nesta quinta-feira (14/05), o documentário Cigarro do Crime. A produção, gravada no Brasil e no Paraguai, mostra tudo o que há por trás da indústria do contrabando de cigarros ilegais e mostra como ela se relaciona com o crime organizado no Brasil.

Durante 45 minutos, a produção traz depoimentos de contrabandistas, perseguições policiais e conversas com os consumidores. Além disso, o documentário mostra como os contrabandistas buscam alternativas "de filme" para despistarem os policiais, usando até mesmo de fumaça e pregos na pista.

Mais sobre o assunto

O ator de Law & Order está internado há um mês e precisou amputar a perna direita por problemas de coagulação no sangue

Um dos principais festivais do mundo, evento planeja inserir exibições dos filmes selecionados em outros festivais no segundo semestre

"O objetivo do documentário é, além de impactar segmentos diversos com suas abordagens do tema, principalmente transmitir a mensagem de que o crime organizado no Brasil vem sendo financiado pelo ta-

baco ilegal. E, dessa forma, despertar no público a consciência de que, ao comprar um cigarro contrabandeado, ele está sustentando um poder paralelo sem leis", afirma Edson Luiz Vismona, presidente do Fundação Nacional Contra a **Pirataria** e Ilegalidade.

Cigarro do Crime vai ao ar no YouTube, no canal da Vice Brasil Divulgação

Estreia nesta quinta (14/5) o documentário Cigarro do Crime Divulgação

Em 45 minutos, a produção aborda as diferentes etapas do contrabando ilegal de cigarros para o Brasil Divulgação

Através de entrevistas com a policia, contrabandistas e usuários Divulgação

Cigarro do Crime vai ao ar no YouTube, no canal da Vice Brasil Divulgação

Estreia nesta quinta (14/5) o documentário Cigarro do Crime Divulgação

Cigarro do Crime é uma parceria da Vice Brasil com a FNCP e estreia nesta quinta (14/05) no canal da Vice, no Youtube

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Patentes
3

Inovação
3

Direitos Autorais
5

Marco regulatório | INPI
7

Pirataria
8